

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCADORES PARA ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: O QUE MOSTRAM AS PESQUISAS*

BACKGROUND OF TEACHERS AND EDUCATORS FOR APPROACH TO SEXUAL EDUCATION AT SCHOOLS: WHAT RESEARCH WORKS SHOW

Regina Célia Pinheiro da Silva¹
Jorge Megid Neto²

¹Universidade de Taubaté (UNITAU) / Departamento de Serviço Social, regcps@yahoo.com.br

²Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) / Faculdade de Educação, megid@unicamp.br

RESUMO

Este artigo trata da investigação realizada em produções de pós-graduação brasileiras sobre formação de professores/educadores para o trabalho com Educação Sexual nos vários níveis escolares, com objetivo de conhecer e apontar as principais tendências dessa produção. A metodologia baseou-se na pesquisa do estado da arte, identificando 65 teses e dissertações que são descritas e analisadas, entre outros itens, quanto aos modelos de formação inicial e continuada; características e concepções/representações dos profissionais; elementos teóricos, históricos e curriculares tratados nas pesquisas. Resultados apontam a necessidade de melhorar a formação dos professores e educadores para o trabalho com o tema.

Palavras-chave: Educação Sexual; Formação de Professores; Educadores Sexuais; Pesquisa Educacional; Estado da Arte

ABSTRACT

This article deals with research carried out concerning Brazilian post graduate work productions about background of teachers and educators for the work on sexual education on every school level, with the aim of knowing and pointing out at the main tendencies of this production. Methodology was based on the state of the art research through identification of 65 professorship thesis and master academic researches that are described as well as analyzed among other items as to initial and continuous schooling models; professional's features, conceptions/representations, theoretical, historical and curricular elements studied in these researches. Results show unprepared professionals concerning initial and continuous schooling. These results show that the improvement of background of teachers and educators for the work on this theme is needed.

Keywords: Sexual Education; Teachers' Schooling; Sexual Educators; Educational Research; State of the Art

* Este artigo tem base na dissertação de mestrado, Pesquisas sobre Formação de Professores/Educadores para Abordagem da Educação Sexual na Escola, defendida em fevereiro de 2004, na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

A Educação Sexual de crianças e jovens sempre existiu, mas se fez mais pela omissão e repressão, do que através de uma educação dialogal, humanista e libertária. No Brasil, a preocupação com o tema inicia-se no final dos anos 20 e década de 30, pautada no estímulo ao medo das “doenças venéreas” e, por conseguinte, na repressão à sexualidade (SAYÃO, Y., 1997). As primeiras experiências formais e sistematizadas de Educação Sexual nas escolas acontecem nos anos 60, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, e são extintas após o início dos governos militares.

Em 1971, a legislação brasileira que fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus – Lei 5692 – torna obrigatória a inclusão de Programas de Saúde no currículo escolar, favorecendo com que as escolas, especialmente na década de 80, tratem de questões ligadas à sexualidade humana quando isto ainda não era oficialmente permitido.

Bagnato (1987) refere que em 1974, o Parecer 2.264 do Conselho Federal de Educação recomenda que os Programas de Saúde sejam planejados de acordo com as necessidades do meio e do aluno, devendo ser estabelecidos em conjunto por representantes dos órgãos de saúde, docentes e universidades locais.

Em 1978, o Ministério da Educação e Cultura manifesta-se contrariamente à Educação Sexual no espaço escolar e só em 1992, preocupado com o crescente aumento da AIDS, propõe a implantação, manutenção e/ou ampliação de projeto educativo de prevenção à AIDS nas redes oficiais e privadas de ensino em todos os níveis, o que é iniciado nos anos seguintes. No entanto, a preocupação não é com a Educação Sexual em si, mas com a epidemiologia da doença.

A proposta de inclusão da Educação Sexual nas escolas de todo o país acontece com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), no caderno sobre “Pluralidade Cultural. Orientação Sexual” publicado em 1997. A introdução aos PCNs aponta que “a proposta (...) para Orientação Sexual é que a escola trate da sexualidade como algo fundamental na vida das pessoas” (BRASIL, 1998, p. 67). Segundo o documento, a intervenção pedagógica deve ser não-diretiva em relação ao comportamento dos alunos, buscando informar e problematizar questões da sexualidade, ressaltando o trabalho a partir das posturas, crenças, tabus e valores a ela associados. Prevê que o professor prepare-se para a intervenção prática através de leituras e discussões e tenha um espaço grupal de supervisão continuada e sistemática que lhe possibilite a reflexão dessa prática e de seus próprios valores e limites.

Por outro lado, a não obrigatoriedade dos PCNs (LÜDKE, 2000) ligada à tendência ao conservadorismo e à estagnação a que a escola está sujeita como qualquer outra instituição social ligada à reprodução do sistema, torna possível que a implantação da Educação Sexual continue restrita apenas a algumas experiências.

Esse breve panorama histórico mostra a relevância das discussões sobre a Educação Sexual no âmbito escolar, em seus diferentes níveis de ensino. Ao mesmo tempo, vários estudos presentes na literatura científica (por exemplo: FIGUEIRÓ, 1995; MEGID NETO, 1998) apontam a existência de quantidade considerável de pesquisas acadêmicas que trataram tal temática, mas que, todavia, carecem de uma divulgação mais ampla e estudo mais adequado de seus resultados e contribuições.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa buscou conhecer, sistematizar, descrever e analisar estas produções acadêmicas, particularmente as características e tendências das pesquisas de pós-graduação (dissertações e teses) que tratam da formação dos professores e educadores para atuarem com Educação Sexual no espaço escolar.

Foram incluídos como educadores, além dos professores, os profissionais da área da saúde formados na educação superior ou no ensino médio e preparados para esta abordagem desde que lidando com a Educação Sexual no espaço escolar, uma vez que, com frequência, são convidados a ir à escola para palestras, seminários e debates numa ação informativa dentro do processo de Educação Sexual ou também participam de cursos e treinamentos desenvolvendo ações pedagógicas que visam à formação de professores.

A metodologia utilizada foi a pesquisa do tipo “estado da arte”, que inventaria, sistematiza e avalia a produção em determinada área do conhecimento e num período

previamente estabelecido (MEGID NETO, 1999). Possui característica quali-quantitativa em que a análise qualitativa dos dados quantitativos busca “*uma síntese unificadora do conhecimento*” (BAPTISTA, 1999, p.34). Para Gamboa (1987), isto confere maior visibilidade à produção, facilita o acesso e a utilização das experiências realizadas e uma reflexão crítica.

Numa primeira etapa, a revisão bibliográfica abrangeu todas as produções de pós-graduação que tratavam sobre Educação Sexual nas escolas. O primeiro instrumento utilizado para identificação dos documentos foi o catálogo do Centro de Documentação em Ensino de Ciências (CEDOC): “*O ensino de Ciências no Brasil: catálogo analítico de teses e dissertações: 1972-1995*” (MEGID NETO, 1998). Também foram utilizados outros catálogos complementares do CEDOC, incluindo uma atualização preliminar do catálogo já citado agora referente ao período de 1996-2001.

A identificação de trabalhos também foi efetivada em *sites* de diversas instituições de ensino superior (IES) e em banco de dados de informação da produção científica brasileira. A busca, nesses casos, foi realizada por meio das seguintes palavras-chave: Educação Sexual, Orientação Sexual, sexo na escola e sexualidade na escola.

Foram identificados 165 documentos que se referem de forma ampla à Educação Sexual nas escolas de 1977 (ano da primeira produção sobre o tema) a 2001 e obtidos todos os resumos destes trabalhos. A pesquisa restringiu-se as 65 teses e dissertações que tratam da formação dos profissionais.

O procedimento seguinte foi elaborar os descritores a partir dos quais as produções foram analisadas. Eles foram estabelecidos com base nos trabalhos de Megid Neto (1999), Verardo (1989), Ribeiro (1989), Fruet (1995), Schussel (1982) e Figueiró (1996). Posteriormente, com a leitura integral de algumas teses e dissertações que compõem os documentos da pesquisa ocorreram ajustes ou alterações na formulação dos descritores.

Assim, foram estabelecidos os seguintes descritores: **autor** da produção; **título acadêmica** (mestrado, doutorado ou livre-docência); **ano de defesa** da tese ou dissertação; **instituição de ensino superior** (IES), **unidade acadêmica** (UA) e **local** (região/estado); **orientador**; **grau do autor**; **nível escolar**: educação infantil (EI), ensino fundamental (EF, subdividido em EF1, da 1ª a 4ª séries, e EF2, da 5ª a 8ª séries), ensino médio (EM), educação superior (ES) e geral (relativo a todos os níveis); **foco temático**: formação inicial; formação continuada; características, concepções/representações e práticas escolares; elementos teóricos, históricos e curriculares.

Os trabalhos foram classificados de acordo com o principal foco temático abordado e quando havia dois focos com igual relevância, o documento foi classificado em ambos.

A etapa posterior foi obter o texto completo das pesquisas, além dos disponíveis no CEDOC, para que as demais pudessem ser solicitadas às IES onde foram defendidas. Ao todo foram recuperadas 35 dissertações e teses. A obtenção de todos os 65 documentos não foi possível pela dificuldade na obtenção de recursos financeiros e pela demora nos processos de solicitação e recebimento via empréstimo entre bibliotecas como, por exemplo, o COMUT. As produções não obtidas foram classificadas a partir da leitura dos resumos, procedimento usual em pesquisas do tipo “estado da arte” como em Gamboa (1987) e Ferreira (1999).

Foram organizadas fichas com a referência da produção e o seu resumo, colocadas em ordem alfabética pelo sobrenome do autor e numeradas, as quais serviram ainda de espaço para coleta e registro dos dados levantados a partir dos descritores e da leitura do texto integral. Ao mesmo tempo, foram elaboradas tabelas de frequência simples e de cruzamento de dados no Programa Excel para o tratamento das informações.

Das 65 produções, em 23 (35,4%) não foi possível identificar a graduação do autor. Nos demais trabalhos ela constituiu-se por: 11 graduados em Ciências Biológicas (16,9%), 10 em Psicologia (15,4%), nove em Pedagogia (13,8%), cinco em Enfermagem (7,7%), três em Medicina, dois em Filosofia e um em cada uma das graduações a seguir: História, Bioquímica e Letras. Com relação aos orientadores, cinco orientaram dois trabalhos cada um e os demais contam com uma orientação sobre o tema pesquisado.

Quanto ao tipo de documento, 83,1% são dissertações de mestrado, 15,4% teses de doutorado e 1,5% de livre-docência. A maioria dos mestrados e doutorados foi realizado em Educação (52,3%). Se a estes somarem-se os da Psicologia da Educação, Educação em Saúde, Educação Pública e os da Educação Especial, o percentual chega a 63%. Seguem-se 8 na área da Psicologia, 3 em Sexologia, 2 em Enfermagem e também 2 em área da Saúde. Os demais se referem a outros cursos. Em sete produções não foi possível obter esse dado.

Das instituições de ensino superior (IES), as que contam com teses de doutorado e/ou livre-docência são: a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade de São Paulo (USP) com três trabalhos cada uma; a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e a Universidade Estadual Paulista (UNESP) com dois; e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) com uma produção. A primeira produção é uma dissertação de mestrado da UNICAMP em 1977. Após essa data, houve um trabalho defendido em 1982 e outros dois em 1985. Novas defesas só voltam a ocorrer em 1989 quando se tornam constantes ao longo dos anos, apesar de ainda pouco significativas numericamente. Na segunda metade dos anos 90 aumentam expressivamente, contando com uma média de seis defesas ao ano. Há um pico nas produções em 1998 (nove defesas) seguido de um decréscimo em 1999 e uma pequena recuperação no ano posterior. Em 2001, a produção alcança 12 defesas. Os dois últimos anos investigados respondem por quase 30% dos trabalhos. Se for tomado o quadriênio 1998-2001, são encontradas 33 defesas (51% das produções).

As 65 pesquisas são distribuídas por 26 IES sobressaindo-se a USP (13,9%), a UNICAMP (12,4%), a PUC-RS (9,3%), a PUC-SP (7,8%) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – (6,3%). A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a Universidade Gama Filho (UGF) e a UNESP, têm três defesas cada uma.

Quanto ao local, há uma predominância nas produções defendidas nas regiões sudeste (61,5%) e sul (23,1%), em parte pela maior concentração de programas de pós-graduação nestas regiões. A seguir aparecem as regiões nordeste (9,2%) e centro-oeste (6,2%). Não foram identificados trabalhos na região norte do país. O estado que concentra o maior percentual de produções é São Paulo (47,7%), seguido do Rio Grande do Sul (20,0%) e do Rio de Janeiro (10,8%).

Aproximadamente 43% dos trabalhos foram defendidos em unidades acadêmicas de Educação e em torno de 15% nas da área da saúde (Enfermagem, Medicina, Saúde Pública, Psicologia e Ciências da Saúde).

Quanto ao nível escolar, o maior percentual coube ao item Geral (35,4%), incluindo aí as quatro produções realizadas em escolas de portadores de necessidades especiais. O ensino fundamental, em suas fases e ciclos ou como um todo, é responsável por 41,5% das produções. No entanto, pouca atenção é dada ao ensino de 1^a a 4^a séries; apenas 6,2% das pesquisas voltam-se exclusivamente para esta etapa. Direcionados ao ensino de 5^a a 8^a séries aparecem 21,5% dos trabalhos. Voltados para o ensino médio foram identificados 16,9% e na educação superior 12,3%.

Os dados obtidos podem sugerir que ainda é incipiente a preocupação com a formação de professores/educadores para o trabalho com Educação Sexual tanto na educação infantil (10,8%) e no ensino fundamental até a 4^a série, quanto com alunos no nível universitário. Uma justificativa para isto é que os primeiros são considerados, por educadores, como de baixa idade para participarem da abordagem do tema e, para os segundos, como não sendo mais responsabilidade da escola o trato desta questão, pois afinal, já são “adultos”.

Quanto à distribuição dos 65 trabalhos pelos focos temáticos obteve-se o seguinte resultado percentual: formação inicial (6,2%); formação continuada (27,7%); características, concepções/representações e práticas escolares (73,8%); elementos teóricos, históricos e curriculares (10,8%). Doze trabalhos foram classificados em mais de um foco temático por terem sido abrangidos pela pesquisa com igual relevância.

No foco temático Formação Inicial foram inseridas as pesquisas que investigaram a preparação dos futuros professores/educadores e as ações pedagógicas utilizadas nesta formação,

sejam no ensino médio (magistério) ou na educação superior (cursos de Licenciatura em Biologia, Ciências, Pedagogia, Enfermagem, entre outros). Também foram incluídas pesquisas sobre a formação de profissionais dos cursos de Medicina, Bacharelado em Enfermagem, Psicologia e Serviço Social que acabam, profissionalmente, abordando o tema nas escolas.

Considerando a responsabilidade dos futuros profissionais, é irrisória a quantidade de pesquisas identificadas: apenas quatro (6,2%). São produções recentes e o único tema quantitativamente expressivo é o da DST/AIDS abordado em duas, que compreendem que a preparação envolve a formação global do educador e não só a aquisição de informações. Quanto à ação pedagógica, são citadas oficinas sem informar sua operacionalização.

Em Formação Continuada foram classificadas as pesquisas que analisaram programas, projetos, cursos, oficinas sobre formação de professores e educadores e as ações pedagógicas utilizadas, além da atuação dos profissionais com temas específicos sobre Educação Sexual enquanto subsídios para sua formação continuada. De 1977 a 1993 as produções são bastante espaçadas e pouco significativas numericamente. Após 1994 tornam-se constantes, com um ou dois trabalhos ao ano, sem que se possa apontar uma tendência contínua ao crescimento das produções. Pela leitura dos documentos foi possível identificar três grandes tendências no conjunto dos estudos sobre formação continuada.

A primeira investiga os limites ou dificuldades para a implantação da Educação Sexual nas escolas. Constata a falta de preparo dos profissionais com várias implicações: pessoais, científicas, institucionais e, mesmo, oficiais, uma vez que as políticas públicas são insuficientes para garantirem a formação continuada para a abordagem da temática. As pesquisas revelam que este despreparo produz condutas discriminatórias e pouco reflexivas verificadas tanto na postura pessoal quanto profissional, o que colabora para a imposição de valores, mitos e crenças relativos à Educação Sexual. Os autores ressaltam a importância de na graduação incluir-se a Educação Sexual na formação dos alunos não só de Pedagogia e Ciências Biológicas, mas nos cursos de licenciatura e nos da área da saúde como Medicina, Enfermagem, Psicologia e Serviço Social.

A segunda tendência apresenta programas e projetos desenvolvidos em escolas pelo pesquisador ou com sua participação direta objetivando a formação. As experiências relatadas possibilitaram um espaço para o auto-conhecimento nas dimensões pessoal e profissional, a partir de encontros grupais em que o trato das questões da sexualidade acontecia de forma aberta, dialógica, tendo por base as relações de confiança e troca.

A terceira tendência revela as ações pedagógicas utilizadas na formação, a grande maioria no coletivo, em processos grupais, mas nem sempre expostas em detalhes no texto. Dentre as ações pedagógicas, tem-se a Oficina (cinco trabalhos), utilizada para sensibilização ou realização de atividades educativas sobre a temática. Os Grupos de Discussão/Estudo são relatados em quatro produções em que, tanto a dimensão pessoal da sexualidade quanto a profissional foram enfocadas durante um tempo constante e prolongado, possibilitando o desenvolvimento do processo grupal e o aprendizado de lidar com as dificuldades. Apontam a reflexão como o principal instrumento utilizado, o que possibilita que o processo grupal na formação para o trabalho com Educação Sexual seja o mais eficaz. Os Cursos também aparecem em quatro pesquisas e têm por objetivo não só abordar o aspecto informativo, mas também o formativo, buscando provocar mudanças não tanto no conhecimento, como também nas atitudes pessoais dos participantes. Foram identificadas ainda outras ações pedagógicas: Grupo Focal (dois trabalhos com poucos encontros, não tendo continuidade processual); Assessoria e Supervisão (três e dois trabalhos, respectivamente).

O foco Características, Concepções/Representações e Práticas Escolares aglutinou o maior número das pesquisas: 48 (73,8%), e classificou as produções que investigaram as concepções/representações dos professores/educadores relativas à sua própria sexualidade ou a aspectos e temas da sexualidade humana, inclusive quando abordaram alunos do ensino médio ou da educação superior enquanto futuros profissionais que poderão trabalhar com o tema. Também foram incluídas as pesquisas que apontaram as características necessárias para realizar

este trabalho ou estudaram posturas profissionais e práticas pedagógicas e escolares desenvolvidas na sala de aula ou na escola.

Há uma tendência ao crescimento nas pesquisas deste foco a partir de 1998, sendo que de 2000 a 2001 são encontrados em torno de 23% dos trabalhos. O maior interesse dos pesquisadores é pelo ensino fundamental, especialmente, de 5^a a 8^a séries. O tema das DST/AIDS é o mais frequente (9 documentos), seguido da Educação Sexual para deficientes mentais (4 documentos). Também este foco foi aglutinado segundo três tendências que estão intrinsecamente relacionadas nas pesquisas.

Na primeira, os trabalhos classificados investigam as características que devem ter os professores e educadores para trabalharem com Educação Sexual, são poucos os trabalhos encontrados. Geralmente são apontadas características subjetivas, ligadas ao gênero feminino: ser boa, compreensiva, séria, mulher ou de qualquer sexo, mãe ou que tenha um equilíbrio mental e psicológico, numa desconsideração com a possibilidade de ambos os sexos abordarem igualmente a temática e numa compreensão subjetiva discriminatória em relação ao gênero.

A segunda tendência relata posturas e práticas pedagógicas encontradas nas investigações. De maneira geral, em grande parte, ainda são retrógradas, controladoras e repressoras. Como o tema sexualidade em sala de aula desperta medo, sentimentos de despreparo, vergonha, insegurança e falta de confiança, as ações dos profissionais acabam norteadas por seus valores pessoais, o que se relaciona com as dificuldades e os limites constatados nas pesquisas, obstaculizando a implantação da Educação Sexual nas escolas.

Os professores/educadores encontram dificuldades em trabalhar a partir dos saberes dos alunos, pois os percebem como objetos de suas ações. A preocupação não está em ouvi-los, mas em transmitir-lhes informações. Outros profissionais buscam controlar/cercear a sexualidade dos educandos. Relatos de posturas mostram que os professores/educadores não conseguem lidar com a sexualidade infantil, têm dificuldades com o homossexualismo e as relações de gênero, e tendem a ainda abordar a Educação Sexual de forma desigual para ambos os sexos perpetuando a discriminação e os estereótipos. Apesar disto, alguns profissionais revelam-se dispostos a ter uma relação de diálogo e confiança com os alunos.

Estas posturas e práticas acabam por levar a uma visão reducionista e simplificadora sobre sexo, privilegiando um enfoque biologicista e higienista em que predomina o discurso do medo e da doença, sem dar amplitude à questão da sexualidade. Várias pesquisas apontam que os professores/educadores são favoráveis à inclusão da Educação Sexual nos cursos de formação/graduação e reconhecem a necessidade de ações e intervenções educativas que lhes possibilite reverem seus conceitos e preconceitos.

As pesquisas da terceira tendência são a maioria neste foco temático e referem-se às concepções/representações dos profissionais. Relatos mostram que, de maneira geral, estas se encontram ao nível do senso comum, perpetuando valores, conceitos e preconceitos e com uma representação da sexualidade humana atrelada ao sexo orgânico. Autores revelam uma negação da sexualidade infantil, pois alguns profissionais consideram as crianças de faixas escolares mais baixas como pequenas, ingênuas e assexuadas, de quem as questões sexuais devem ser ocultadas. Como a imagem da AIDS é incompatível com tal imagem da criança, esta é desprivilegiada nas ações de prevenção da doença.

Algumas pesquisas mostram que a escola é concebida como conservadora, repressora, sem abertura para ver, ouvir e compreender os alunos, não dando visibilidade à temática e perpetuando mecanismos repetitivos e controladores que poriam em risco a abordagem adequada da Educação Sexual. A família é percebida como não preparada para a mesma e, por isso, precisa ser envolvida no processo.

Quanto aos profissionais, as pesquisas mostram que eles têm concepções diferentes em relação à Educação Sexual: uns acham que ela deve começar assim que a criança entra na escola e ser trabalhada como algo normal na vida; outros consideram que meninos e meninas devem receber a mesma Educação Sexual, porém, separadamente. Os profissionais parecem não ter uma concepção integrada da sexualidade, pois muitas vezes esta se encontra desvinculada de aspectos

afetivos. Priorizam temas como gravidez e prevenção em DST/AIDS com enfoque na relação saúde/doença, numa concepção biologicista. Em uma pesquisa, profissionais consideram como sua primeira função a informação, ficando em segundo plano a educação e a prevenção, o que compromete o processo educativo.

Apesar dos quatro documentos que tratam do tema em relação aos deficientes mentais reconhecerem a necessidade da Educação Sexual para estes, tanto a escola como os professores/educadores percebem os alunos que revelam mais intensamente manifestações sexuais como agressivos, com sensibilidade exacerbada, e com um nível maior de desvio e defeitos de caráter, levando a escola a considerá-los como problema. Alguns profissionais os concebem como incapazes de entender e/ou sentir necessidades sexuais em razão da infantilidade originada da deficiência; outros lhes vetam o direito a casar e ter filhos. Autores afirmam a necessidade de melhor preparação dos profissionais e da família.

O quarto foco temático, Elementos Teóricos, Históricos e Curriculares contou com sete produções (10,8%), e ainda é pouco significativo numericamente. Foram incluídos ensaios e outras formas de produção científica que investigaram concepções teórico-filosóficas e suas contribuições para a fundamentação de programas/projetos de Educação Sexual; pesquisas que analisaram currículos a partir da existência de disciplinas que enfocam a sexualidade ou que dirigiram seus estudos para a Educação Sexual nos PCNs; e, ainda, as que historicizaram a sexualidade humana e o processo da Educação Sexual. Especialmente neste foco, foram apontados subsídios teóricos e metodológicos para programas de formação inicial e continuada.

Há dois estudos sobre análises de currículos de faculdades: um em cursos de Biologia e outro nos de Medicina. Neste, as ementas mostraram que o tema fica restrito às explicações biológicas e mecânicas das características anatômicas, fisiológicas e patológicas. Uma pesquisa verificou a aplicação da proposta de Orientação Sexual dos PCNs (dificuldades e principais avanços) e duas realizaram estudos teóricos-críticos sobre a relação entre Filosofia, Educação e Educação Sexual. Quanto às demais produções, uma pesquisou as orientações curriculares oficiais de São Paulo através dos cursos da CENP apresentando pressupostos teóricos para a Educação Sexual; e a outra, fez um ensaio crítico sobre o tema com indicativos para a realização do processo de formação de profissionais.

Da análise das 65 dissertações e teses sobre a formação do professor/educador para abordagem da Educação Sexual nas escolas defendidas no período 1977 a 2001, algumas considerações merecem ser destacadas.

Há uma quantidade ainda pouco expressiva de trabalhos referentes ao ensino de 1^a a 4^a séries e à educação infantil (em torno de 17%). Se for considerada a faixa etária de 0 a 10 anos, é possível compreender o pouco interesse pela produção de trabalhos uma vez que a representação dos professores concebe estes alunos como inocentes, puros, assexuados, portanto, não carecendo do trabalho com a temática. No entanto, é nas idades mais precoces que mais facilmente são absorvidos valores, conceitos e preconceitos, sendo fundamental a intensificação das pesquisas nas séries iniciais de escolarização e na educação infantil.

Também carecem de maior investimento as pesquisas na educação superior (aproximadamente 12%), face à importância na qualificação de futuros profissionais e, ainda, pela participação de docentes da universidade na formação continuada e desenvolvimento de programas em nível de extensão e especialização.

O ensino médio, referente aos cursos de habilitação ao magistério e aos cursos técnicos na área da saúde, ainda carece de investigações, pois este é o momento da sensibilização e formação dos futuros profissionais para atuação com esta abordagem. Além disto, possibilitaria aos profissionais tornarem-se multiplicadores de conceitos e valores na Educação Sexual ligados à conquista dos direitos humanos e da cidadania.

Há necessidade de maior sensibilização dos professores/educadores para que se disponham à abordagem com Educação Sexual uma vez que as características apontadas nos documentos são bastante idealizadas nos seus aspectos subjetivos (ser séria, boa, compreensiva, amiga, ter equilíbrio/amadurecimento mental e psicológico) e altamente exigentes nos objetivos

(estar preparado/ter conhecimento do assunto, ter interesse em desenvolvê-lo e não passar seus valores). Como, por esse perfil idealizado, os profissionais se sentem distantes de grande parte destas características, acabam não realizando e mesmo se distanciando da abordagem do tema.

Sem uma formação, inicial e continuada, eficiente e eficaz, os resultados apontados sobre as posturas e práticas escolares na abordagem da Educação Sexual continuarão, em grande parte, tais como se apresentam nas pesquisas. Em face de suas dificuldades, o professor/educador acha melhor tratar do biológico pura e simplesmente e, para isso, considera que “existe o professor da área de Ciências”. Então, “Educação Sexual nada tem a ver comigo”, o que o tranquiliza em relação ao seu falso “não-envolvimento” com o tema.

O despreparo dos profissionais nas diversas produções identificadas precisa ser reconhecido e enfrentado pelo poder público se este espera que muitas das orientações sobre o tema, contidas, por exemplo, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, não fiquem apenas enquanto diretrizes. O mérito dos PCNs foi possibilitar a abordagem da Educação Sexual sem a perspectiva de proibição e repressão antes dominantes, mas sua grande lacuna está em não garantir o espaço coletivo reflexivo e continuado da formação, que possibilite a interação entre o pessoal e o profissional. Se já é difícil que o professor de Ciências Biológicas assuma o trabalho com a Educação Sexual em todas as suas dimensões, o que dizer em relação aos professores de áreas diferentes, distantes desta temática na graduação?

Várias dissertações e teses ressaltam a importância da universidade assumir a formação dos profissionais ao lado dos programas oficiais. Para tal, entre outros fatores, é necessária a sensibilização e preparação dos docentes da educação superior, que também não foram formados para o trabalho com a temática. Mais ainda, a formação inicial é prioritária (exatamente a que conta com menos pesquisas no conjunto das 65 produções), pois é preciso assegurar que os profissionais já saiam de seus cursos preparados para tal abordagem. Assim, a inclusão da Educação Sexual nos cursos de graduação é fundamental.

Referências

- BAGNATO, Maria Helena Salgado. *A contribuição educativa dos programas de saúde na 5ª série do 1º grau*. 1987. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCar, São Paulo, 1987.
- BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: MARTINELLI, Maria Lucia (Org.). *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras Editora, 1999.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. *Pesquisa em leitura: um estudo dos resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no Brasil, de 1980 a 1995*. 1999. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, UNICAMP, São Paulo, 1999.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. *Educação Sexual no Brasil: estado da arte de 1980-1993*. 1995. 272 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, USP, São Paulo, 1995.
- FRUET, Maria Silvia Bruni. *Adolescência, sexualidade e AIDS*. 1995. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, UNICAMP, São Paulo, 1995.
- GAMBOA, Silvio Ancízar Sanchez. *Epistemologia da pesquisa em educação: estruturas lógicas e tendências metodológicas*. 1987. 228 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, UNICAMP, São Paulo, 1987.
- LÜDKE, Menga. Pesquisa em educação: conceitos, políticas e práticas. In: GERALDI, Corinta Maria Grisiolia; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete Monteiro de A. (Orgs.). *‘Cartografias do trabalho docente: professor (a)-pesquisador (a)*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 2000. p. 23-32.

MEGID NETO, Jorge (Org.). *O ensino de Ciências no Brasil: catálogo analítico de teses e dissertações 1972-1995*. Faculdade de Educação, Grupo FORMAR-Ciências/CEDOC, UNICAMP, 1998.

_____. *Tendências da pesquisa acadêmica sobre o ensino de Ciências no nível fundamental*. 1999. 114 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, UNICAMP, São Paulo, 1999.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. *Uma contribuição ao estudo da sexualidade humana e da educação sexual*. 1989. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, UNICAMP, São Paulo, 1989.

SAYÃO, Yara. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997. p. 107-117.

SCHUSSEL, Darcy Raica. *Educação Sexual: análise de opiniões de diferentes segmentos sociais*. 1982. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - PUC-SP, São Paulo, 1982.

VERARDO, Maria Terezinha Vieira. *A sexualidade educada: nota crítica sobre pressupostos teóricos e projetos empíricos*. 1989. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, UNICAMP, São Paulo, 1989.